

MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL E AGROECOLOGIA NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DO LOTE AGROECOLÓGICO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA (LAPO) DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) PARÁ

Wesley de Souza Marques¹
Stéphanie Oliveira da Silva²
Fabiano de Oliveira Bringel³

RESUMO

A presente pesquisa consiste em uma leitura acerca da experiência agroecológica constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO), do assentamento Mártires de Abril, situado na ilha de Mosqueiro, localizada a 70 km do centro de Belém do Pará. Atentando para as bases da articulação teórica e conceitual que se fez entre um movimento de natureza socioterritorial, de acordo com a abordagem geográfica, e a Agroecologia em um território Amazônico. Tendo como substrato metodológico, instrumentos como levantamento bibliográfico e documental, trabalho de campo para a realização de entrevistas semiestruturadas, cartografia e registros fotográficos, e análise dos dados levantados com apoio teórico firmado em um viés qualitativo e dialético. Tais passos nos permitiram compreender a relação estabelecida entre o Movimento e o ideal Agroecológico, principais desafios, avanços políticos e produtivos, experiências práticas vivenciados nesse processo de luta e resistência camponesa na construção de valores, autonomia alimentar, enfrentamento a desigualdades e opressões.

Palavras-chave: Movimento socioterritorial, Agroecologia, Amazônia.

RESUMEN

La presente investigación consiste en una lectura sobre la experiencia agroecológica constituida por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en el Lote Agroecológico de Producción Orgánica (LAPO), del asentamiento Mártires de Abril, ubicado en la isla de Mosqueiro, ubicada a 70 km del centro de Belém do Pará. Atento a las bases de la articulación teórica y conceptual que se hizo entre un movimiento de carácter socio-territorial, según el enfoque geográfico, y la Agroecología en un territorio de la Amazonía. Teniendo como sustrato metodológico, instrumentos como el relevamiento bibliográfico y documental, el trabajo de campo para entrevistas semiestructuradas, cartografía y registros fotográficos, y el análisis de los datos recolectados con sustento teórico basado en un sesgo cualitativo y dialéctico. Estos pasos permitieron comprender la relación que se establece entre el Movimiento y el ideal Agroecológico, los principales desafíos, avances políticos y productivos, experiencias prácticas vividas en este proceso de lucha campesina y resistencia en la construcción de valores, autonomía alimentaria, enfrentamiento a desigualdades y opresiones.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade do Estado do Pará – PPGG/UEPA, wesleygeo7@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade do Estado do Pará – PPGG/UEPA, stephanieolvr@hotmail.com

³ Professor orientador, docente do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade do Estado do Pará – PPGG/UEPA, fabianobringel@uepa.br



Palavras-chave: Movimento sócio-territorial, Agroecología, Amazonía.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG/UEPA), com fundamental colaboração do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/PA), especialmente a partir das contribuições dos responsáveis pelo Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO), dona Teófila Nunes e seu Mamede Gomes *in memorian*, do Assentamento Mártires de Abril (AMA) na Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém do Pará.

Onde constituiu-se notável referência agroecológica não apenas para o AMA, mas para todo o conjunto do MST (PA), por ser considerada a primeira experiência de base agroecológica do movimento no estado, tendo chamado a atenção de pesquisadores, movimentos, instituições e famílias de outras localidades e regiões. Dessa forma, nos coube a realização desta leitura acerca de tal experiência, suas acepções, desafios e experiências práticas neste território amazônico.

Como substrato teórico, para a possibilidade uma leitura sobre a relação estabelecida entre o que entendemos ser um movimento de natureza socioterritorial, em uma abordagem geográfica, instituído a partir da Amazônia e a Agroecologia, nos propomos a revisitar conceitos e categorias centrais a essas temáticas, como a noção de movimento socioterritorial, representada aqui pelos trabalhos de Fernandes (2005), Pedon (2013) e Santos (2014). Acepções sobre a região amazônica, em que se situa tal experiência, por meio das contribuições de Becker (2006), Trindade (2006) e Castro (1998). E por fim, abordagens relativas à Agroecologia a partir de Altieri (2004), Frade e Sauer (2017), Da Silva, Balestrin, Brandenburg (2018), e Caporal e Costabebber (2004).

Também substanciaram nossa pesquisa, instrumentos metodológicos como levantamento bibliográfico e documental, visita e observação participativa, entrevista, elaboração de mapa de localização, e análise e sistematização de dados a partir de uma abordagem dialética e qualitativa.

Tais caminhos nos permitiram compreender o histórico de transição agroecológica vivenciado, as relações conceituais estabelecidas, seus principais desafios, avanços políticos e produtivos, tendo como fator determinante a violência no campo, a ausência de políticas públicas e demais subsídios direcionados para esse fim, bem como compreender que apesar dos desafios enfrentados, o exemplo ali construído mostra que é possível a realização de uma

transição agroecológica que fortaleça a autonomia camponesa, soberania alimentar e o enfrentamento a desigualdades e opressões, face a um modelo hegemônico no campo.

METODOLOGIA

Durante nosso percurso metodológico, realizamos levantamento bibliográfico e documental, ou seja, um apanhado sobre os principais trabalhos e documentos sobre a temática, para ser possível o estudo fundamental de dados e demais informações relevantes relacionadas à temática. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 158).

Também realizamos trabalho de campo para a construção dos dados junto aos nossos interlocutores nos ambientes do LAPO, realizando entrevista semiestruturada. Quando falamos em entrevista semiestruturada, referimo-nos a experiência onde o entrevistador tem liberdade para desenvolver situações em mais de uma direção, uma forma de explorar mais amplamente uma questão.

Após a realização do levantamento bibliográfico e documental e trabalho de campo, realizamos a análise dos dados com sólido apoio teórico (GIL, 2002, p. 105) em função de uma abordagem construída por um viés qualitativo e dialético, ou seja, partindo do entendimento da relação dinâmica e indissociável entre o mundo objetivo, as subjetividades, e as condições e contradições que as determinam.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como substrato teórico, pensamos ser possível uma articulação conceitual e categórica baseada na perspectiva de “constelação” acumulada por Haesbaert (2014), em reflexões de caráter epistêmico sobre a ciência geográfica. Ou seja, uma relação metafórica no sentido de dispor e articular os principais conceitos e categorias basilares de nossa pesquisa.

Assim, para o necessário entendimento dos muitos meandros dessa realidade, pensamos que uma abordagem indispensável seria a própria Geografia dos Movimentos Sociais, ou seja, entendimento dos momentos históricos, perspectivas e tendências quais se buscou trabalhar a temática dos movimentos sociais enquanto expressão de contradições e conflitos sociais na Geografia Brasileira, direcionando para a experiência concreta de atuação do na região em questão, a partir de Pedon (2013), Santos (2014), Fernandes (2005) e Costa e Bringel (2020).

Em se tratando da região pesquisada, pensamos ser indispensável uma abordagem do conjunto de ações coloniais até os dias atuais, com a forte atuação do Estado brasileiro na

viabilidade de atividades, projetos e outros, de elites nacionais e locais à grandes corporações do capital nacional e internacional. Realidade que buscamos tratar por meio dos trabalhos de Becker (2006), Trindade (2006) e Castro (1998).

Por fim, leituras sobre a própria noção de Agroecologia, que passou a figurar para além das lentes do capital enquanto ciência, prática e movimento, integrando saberes e ações para o enfrentamento de entraves sociais e produtivos gerados na fricção de tais processos dialéticos, por meio dos trabalhos de Altieri (2004), Frade e Sauer (2017), Da Silva, Balestrin, Brandenburg (2018) e Caporal e Costabebber (2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao contrário do que ocorreu na história e na sociologia, a busca pela compreensão dos fatores que colaboraram para a organização e efetivação das lutas sociais tardou a merecer atenção dos meios institucionais dos quais a Geografia se nutria (PEDON, 2013, p. 21).

Não seria um equívoco considerar que ensaios geográficos acerca do caráter espacial dos movimentos sociais - via de regra permeados de intensos debates e contribuições notadamente relevantes no processo de formulação de campos analíticos desde a Geografia - tem caráter relativamente novo, pois conforme Pedon (2013), o interesse dos geógrafos brasileiros em estudar a temática se intensificou a partir do processo de renovação da Geografia na passagem da década de 1970 para 1980 com a ascensão de diversos movimentos e a incorporação de uma matriz teórica que possibilitou tais discussões.

Em 1978 o Brasil vivia uma conjuntura política agitada, a começar pelo processo de abertura política, que mesmo orientado pelos militares e pelas elites brasileiras, não deixou de representar o início da derrocada de um regime autoritário. [...] É nesse ano que ocorre o III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em Fortaleza (CE), evento que representou o surgimento de vários movimentos de crítica e renovação da ciência geográfica em âmbito nacional. (PEDON, 2013, p. 14-15)

Com base no então processo de renovação da Geografia e da incorporação do materialismo histórico dialético enquanto base analítica e orientadora de estudos e pesquisas, muitos trabalhos sobre movimentos sociais possibilitaram a Geografia tratar de questões antes não tão recorrentes na ciência como: o papel de comprometimento do Estado com o capital; a questão da neutralidade do conhecimento científico; o caráter político da degradação ambiental; a subsunção de relações sociais comunitárias por relações capitalistas e outros. (PEDON, 2013, p. 36-37).

Todo esse processo marcou a emergência dos movimentos sociais na cena política e científica da Geografia brasileira, de maneira que experiências de lutas coletivas e organizadas

contra forças hegemônicas do modo de produção capitalista logo tornaram-se objeto e área de estudos, fundamentando-se cada vez mais em termos teóricos de maneira a possibilitar um conjunto de desdobramentos analíticos.

Dentre esses desdobramentos, Santos (2014) destacou uma divisão tripartite das principais tendências analíticas, sendo elas: “Geografia da organização dos movimentos sociais”, “Geografia das lutas sociais” e “Geo-grafias dos movimentos sociais”, entre as quais destacamos esta última, que se caracterizou pelo:

Esforço de construção de *categorias* emergindo da análise dos movimentos sociais. Isto se diferencia dos esforços analíticos anteriores, em que as teorizações se davam a partir da dimensão espacial das relações sociais e dos conflitos sociais, e os movimentos sociais eram ou o objeto da análise ou o motivador das análises onde as categorias eram “aplicadas”. Agora, as teorizações e as categorias derivam precisamente dos movimentos sociais, constituindo então instrumentos heurísticos espaciais voltados para a análise dos movimentos, ou com a própria proposição dos movimentos sociais enquanto uma categoria geográfica/espacial. (SANTOS, 2014, p. 53)

Pensamos que uma das principais características evidenciadas por essa tendência analítica, seja o caráter duplamente propositivo de, em primeiro lugar, dar evidência e tratar dos muitos esforços que cada vez mais tem embasado formulações de categorias analíticas para leituras sobre movimentos sociais, levando sempre em consideração as bases teóricas e conceituais da Geografia contemporânea, em segundo lugar, destacar esforços no sentido de tratamento de movimento social enquanto categoria de pensamento na ciência geográfica e não somente como objeto.

Tratando de superar conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, pois conforme o entendimento, tais leituras não conseguiam explicar a totalidade das dimensões espaciais de processos construtores e transformadores em territórios vivenciados por movimentos, propondo e encarando assim, o desafio da construção de entendimentos e categorias de movimentos a partir de suas novas territorialidades, partindo de uma geografia das lutas pela terra para interpretar os “movimentos sociais como categoria geográfica”, o que os consubstanciaria como “movimentos socioterritoriais”. (SANTOS, 2014, p. 54)

Ou seja, movimentos cujo trunfo maior seria o território, território de transformações de relações sociais, de novas formas de uso, de relações com os ciclos da natureza, de organização social, de projetos de uso de um espaço que se torna tal território. Ou seja:

Os movimentos transformam espaços em territórios, se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida

como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro. O território é espaço de dominação e resistência e por essa razão carrega em si sua contradição. (FERNANDES, 2005, p. 87)

Visto isso, podemos considerar que um movimento socioterritorial caracteriza-se por ter o território não apenas como trunfo, mas como condicionante de sua existência. Movimentos camponeses, indígenas, sindicatos e demais, de acordo com Fernandes (2005), podem se constituir em momento movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p.31).

Por isso, a condição do território apontada nos faz pensar na relação entre os sujeitos e o Estado, na disputa pelo território na região Amazônica, onde este se coloca como condição de reprodução da vida e dos interesses de um conjunto de populações. Enquanto para os indígenas, quilombolas, camponeses, enfim, comunidades de tradição de forma geral, o território é condição de sobrevivência, portanto, de luta e razão de resistência, para o Estado ele é uma forma de reprodução de políticas econômicas que substanciam projeto de desenvolvimento e a geopolítica regional, em conjunto com ações capitalistas privadas, interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais.

Podemos afirmar que os movimentos socioterritoriais exprimem no território elementos concretos e imateriais que não são os mesmos que o Estado e o Capital impõe, o que por sua vez, torna claro o caráter multidimensional do território a que se referiu Fernandes (2005).

Desse modo, levando em conta questões como a conjuntura política, a sucessão de fatos e contribuições que possibilitaram o debate dos movimentos e suas tendências analíticas na ciência geográfica, pensamos ser possível considerar uma segunda questão fundamental que substanciou nosso entendimento sobre a temática.

Trata-se do conjunto das principais noções e processos formativos que envolvem a região Amazônica, ou seja, o entendimento de quais sujeitos, intencionalidades e ações, perfizeram as geografias e histórias da região, processos que culminaram, entre outras coisas, em um quadro fundiário repleto de contradições que envolve diversos atores no campo amazônico na luta pela terra, incluindo aí as famílias do AMA.

Onde, das históricas ações coloniais ao chamado agronegócio, reiteradas estratégias de territorialização de grupos e atores hegemônicos face a predação de territórios e sujeitos sob a viabilidade do Estado brasileiro através de infraestrutura, suporte energético e medidas legais,

geraram um conjunto de contradições e implicações, tornando inevitáveis conflitos entre os diversos grupos humanos na região.

Especialmente a partir da década de 1960, sob o governo militar, na passagem de uma matriz puramente extrativista para uma matriz mineral e agroindustrial, fundamentaram-se os chamados grandes projetos na região. Nesse contexto:

Fala-se da região como um espaço homogêneo, na verdade trata-se de uma ideia pronta e acabada do que seja a Amazônia, inventada a partir de pressupostos históricos, sem a presença do homem e de sua história e com critérios de delimitação rígidos [...] fala-se da Amazônia como um conceito arbitrário, uma representação imposta, em geral por quem a olha de fora, denomina-se como único o que é diverso, impõe-se uma identidade única a múltiplas culturas, de naturezas e de sociedades. (TRINDADE, 2006, p. 355-356).

Em termos gerais, Trindade (2006) considera que os elementos mais recorrentes nestas acepções se encontram fundamentados no sentido natural da Amazônia. Ou seja, desde a chegada do colonizador, o espaço natural, assumiu papel de destaque em formulações de atividades que envolveram a exploração e o domínio de seus territórios, desconsiderando processos históricos de sujeitos e resumindo sua diversidade à leitura de seu ecossistema, conferindo-lhe então a ideia de espaço de reserva de recursos, onde:

a) A natureza é considerada como matéria-prima, explorada através do solo, subsolo, dos recursos hídricos e etc; b) O espaço não é tido na sua dimensão social, mas como vazio, como base material a ser ocupada, por conseguinte, um espaço sem homem, a-histórico, bem próximo da visão newtoniana, o que se define como um recipiente, absoluto, independente, infinito, tridimensional, fixo e o uniforme; numa palavra, um substrato passivo para o desenvolvimento dos fenômenos; c) O homem é tratado nessa concepção como recurso humano, como população, contingente de mão-de-obra, de pessoas. (TRINDADE, 2006, p. 358).

Esse conjunto de entendimentos subsidiou formulações de políticas, atividades gerais do Estado brasileiro e de corporações capitalistas nacionais e internacionais, onde diversas estratégias territoriais foram implementadas na busca pelo seu controle técnico, econômico, político e social.

Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana e etc., subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compuseram a malha tecno-política. (BECKER, 1990 apud BECKER, 2006, p. 27).

Tal conjunto de estratégias e instrumentos do capital nacional e internacional, o qual tratou Becker, materializou-se entre outras coisas, por meio da ocupação e grilagem de terras e em grandes obras, que promoveram considerável re(des)estruturação de territórios, fortes

impactos as territorialidades existentes e historicamente constituídas para atender o devido modelo capitalista de exploração de recursos e pessoas onde foram implantados. (PADINHA, 2017, p. 9).

Desse modo, povos cujo respeito e demais relações com os ciclos da natureza que constituíam valores e saberes fundamentais à sua reprodução, não foram efetivamente considerados e compreendidos sob os valores das lógicas de reprodução que presidem a sociedade capitalista, fundamentados em princípios que negam sua territorialidade e etnicidade (CASTRO, 1998, p. 13), sofrendo interrupções, ameaças e alterações, o que por sua vez não tardou a motivar resistência.

Pensamos ser o caso do conjunto de camponeses do assentamento Mártires de Abril organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que por sua vez, passou a constituir luta pela democratização do acesso à terra na Amazônia paraense a partir da década de 1990, questionando tal estrutura agrária acentuada pelo devido pacote de políticas e ações estruturais que privilegiou e promoveu um modelo de desenvolvimento pautado na concentração fundiária e na violência contra as populações do campo.

Este assentamento é resultado de um contexto político marcado pelo massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, onde 21 camponeses foram brutalmente assassinados pela polícia militar sob as “bênçãos” do Governo do Estado do Pará. Um dos episódios mais emblemáticos de violência no campo brasileiro.

A partir desse trágico episódio, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra constituiu um acampamento pedagógico no centro da capital Belém, em conjunto com a população residente nas periferias da cidade como resposta política ao massacre.

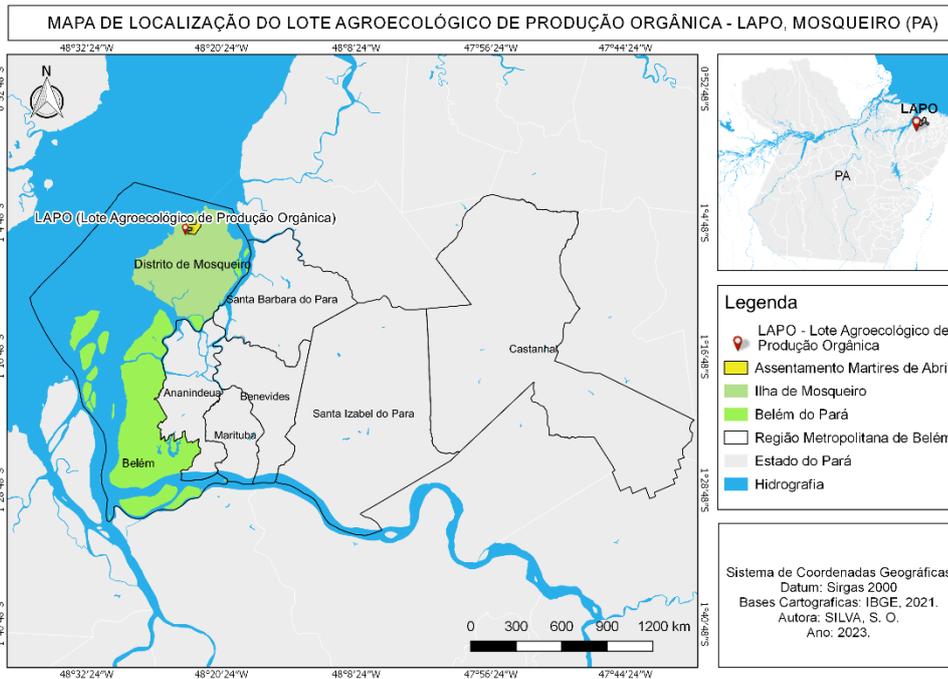
Posteriormente, os acampados ocuparam a fazenda Taba (Transportes Aéreos da Bacia Amazônica) localizada na ilha de Mosqueiro a aproximadamente 70 km de Belém, onde reivindicaram a desapropriação da área, conquistando a terra em 2001 (COSTA e BRINGEL, 2020, p. 132), homenageando os mártires do massacre com o devido nome ao então assentamento.

Inicialmente foram assentadas 91 famílias, que passaram a realizar um modelo de gestão familiar por meio de lotes de aproximadamente quatro hectares. O Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO) é parte deste assentamento, sob a responsabilidade do casal Teófila Nunes e Mamede Gomes *in memorian*. De acordo com dona Teófila, a denominação LAPO surgiu a partir de uma ironia elaborada por seu Mamede, onde a experiência ali desenvolvida



significaria “uma lapada no sistema capitalista, que pensa que os sem-terra não trabalham e não produzem na terra”, conforme relata dona Teófila (2023).

Mapa 1. Localização do Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Figura 1. Foto da placa e da entrada do Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A princípio, dona Teófila relata que ao se estabelecerem no assentamento, o movimento organizou no ano de 2001, um curso de agroecologia para os militantes da região amazônica no estado do Maranhão, tendo sido firmado nesse espaço formativo o compromisso coletivo dos assentados com “uma produção sem veneno” e “com valores agroecológicos”, relata dona Teófila (2023).

Ao nosso ver, a inserção ao ideal agroecológico narrada traduz-se como o princípio de um contraponto fundamental ao paradigma hegemônico que se estabeleceu no campo brasileiro, pois a Agroecologia constituiu-se enquanto um importante instrumento de lutas juntamente a movimentos socioterritoriais como o próprio MST, camponeses, povos originários e outros, seguindo um conjunto de princípios centrados no modo como os sujeitos constroem suas relações entre si e com a natureza, principalmente nos processos produção de alimentos.

O avanço da discussão que envolve a necessidade de produção de alimentos em virtude da fome enquanto grave problemática social, bem como dos processos técnicos, políticos, sociais e econômicos quais os alimentos são submetidos desde o seu plantio, processamento até a forma que chegam às mesas, tem possibilitado a inserção desse debate em diversos níveis, sobretudo no que se refere a problematização do uso indiscriminado de instrumentos tecnológicos, sementes geneticamente modificadas, insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, que se tornaram mais difundidos e utilizados nas últimas décadas. Um movimento diametralmente oposto à saúde e ao equilíbrio dos ciclos da natureza.

Por outro lado, a grosso modo, a abordagem agroecológica tem partido do incentivo aos conhecimentos de técnicas ancestrais para uma produção com dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos, onde interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos são capazes de criar a necessária fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 2004, p. 23).

Também correspondendo a um processo social, a agroecologia não se basta em uma maior racionalização econômico-produtiva com base nas relações biofísicas, mas também no plano dos valores e das relações sociais constituídas no âmbito do manejo da natureza (CAPORAL e COSTABEBBER, 2004, p.12).

Assim, ao integrar princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das forças hegemônicas sobre os sistemas agrícolas e a sociedade (ALTIERI, 2004, p. 23), tendo entre seus principais objetivos a igualdade e o respeito entre homens, mulheres e meio, nunca dissociados de uma produção orientada pelo combate e

a eliminação de danos ambientais e opressões, firmou-se como contraponto orientado pela e para ação coletiva, com a clara proposta de trabalhar a terra, por assim dizer, com centralidade na vida e não no mercado pura e simplesmente.

Passando a contribuir com uma forma de ler a realidade e a vida para além das lentes do capital, e a figurar como ciência em movimento, integrando saberes e práticas para o enfrentamento e superação dos referidos entraves sociais e produtivos. Pois, ainda que pesem as narrativas dos projetos hegemônicos, suas estratégias mostram-se incapazes de alcançar qualquer perspectiva de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente viável.

Da Silva, Balestrin, Brandenburg (2018) consideram que a amplitude das práticas e valores agroecológicos no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem crescido, seja pela sua característica técnico-científica, seja pela compreensão de uma dinâmica social envolvendo outras lutas que se somam ao seu projeto agrícola. Assim, o movimento:

Agiu no sentido de incentivar a transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica organizando por meio de suas frentes e lideranças espaços de debate e de formação. A prática agroecológica passou a constituir-se através do movimento social em um mecanismo de combate ao modelo agrícola hegemônico [...] apesar do projeto agroecológico não estar presente em todos os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, ele certamente tem se constituído como um importante processo de transição para este sistema (DA SILVA, BALESTRIN, BRANDENBURG, 2018, p. 92-93)

Frade e Sauer (2017) destacam que a partir do final da década de 1990 e principalmente a partir da década de 2000, o MST passou a fomentar a implantação de centros de formação presentes em todas as regiões do país, tais centros atuavam como escolas para crianças e formação para famílias assentadas e acampadas.

Dessa forma, a experiência desenvolvida no LAPO passou a ser identificada como um dos primeiros processos de territorialização da Agroecologia desenvolvida pelo MST na região norte do país, no referido período de disseminação das alternativas produtivas e ensaios em Agroecologia.

Assim, no bojo da discussão de elementos como segurança alimentar, produção de alimentos saudáveis e da constituição e fortalecimento de valores, essa experiência materializou-se pelos seus cerca de quatro hectares⁴ por meio da seguinte organização produtiva: a) entrada com pomar que antecede a residência; b) área de criação de animais e tanques de piscicultura; c) área de pomar; d) área de reserva.

⁴ Em trabalho de campo observou-se que o LAPO dispõe das seguintes dimensões: 30 metros de frente por 1.500 de fundo.



Conforme levantado em trabalho de campo, muitas são as atividades desenvolvidas no âmbito dessa organização espacial, sobretudo no que diz respeito ao cultivo de hortaliças, espécies frutíferas, ornamentais, medicinais e fitoterápicos, criação de animais e preservação florestal por meio de uma área de reserva.

Dentre as culturas mais recorrentes observou-se:

Tabela 1. Tabela de culturas mais recorrentes levantadas no LAPO.

Variedade	Espécies
Frutíferas	Açaí, manga, cupuaçu, cacau, acerola, limão, caju, laranja, banana, goiaba, macaxeira, pupunha, maracujá, abacaxi, café, bacuri.
Hortaliças	Alface, couve, coentro, cebolinha, chicória, alfavaca.
Fitoterápicos	Andiroba, piprioca, patchouli.
Florestal	Mogno, cedro, ipê, cumaru.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

No que se refere a criação de animais, constatou-se principalmente a prática da criação de galinhas (que também fornecem ovos e esterco, cuja utilização na adubação é consorciada com a cobertura de vegetação e folhagens mortas) e peixes das espécies tilápia e tambaqui.

Além disso, por meio do cultivo dos fitoterápicos, dona Teófila também produz pomadas, sabonetes, óleos e gel, cabendo o destaque de que no passado também houve a prática da apicultura e a conseqüente produção de mel.

Figura 2. Manipulação de frutas e sementes.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Figura 3. Foto da área de reserva.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

De acordo com dona Teófila, o conjunto da produção desenvolvida pelo LAPO é em sua maioria direcionada ao autoconsumo, trocas, doações e comercialização, principalmente por meio de encomendas no âmbito do assentamento, do distrito e da região metropolitana de Belém por meio de espaços orientados pelo MST, como “feiras da reforma agrária” e demais espaços.

De maneira geral, desde sua concepção o LAPO tem promovido experiências práticas no contexto da agroecologia que tem possibilitando tanto sua produção propriamente dita, quanto a formação de um conjunto de sujeitos das mais variadas instituições e organizações, consolidando-se como um território por onde se tece uma rede de intensas relações sociais e articulações políticas em diversas escalas.

O que nos remete a noção de “encontros/confrontos” em Gonçalves (2001). Encontros/confrontos com: a) o capital através do latifundiário e demais atores e projetos hegemônicos do modo capitalista de produção; b) o Estado, que assume o papel de principal viabilizador do capital ao mesmo tempo que propõe-se em determinados momentos a escuta e atendimento de demandas; c) a igreja católica, especialmente setores progressistas e/ou ligados a teologia da libertação; d) demais movimentos sociais, sindicais, partidos políticos e organizações não governamentais; e) instituições de ensino como universidades, escolas e demais; f) comunidades camponesas, populações de tradição e outros.

Relações que possibilitaram ao LAPO até mesmo trocar mudas, sementes e experiências com países como África do Sul e Noruega (SOBREIRO FILHO, COSTA, SILVA, 2020, p. 191). Com a agroecologia enquanto parte significativa da construção de um projeto popular de transformação social, especialmente por meio da reforma agrária popular em dimensões que estão para além do lote, nos permitindo compreender:

Como que a autonomia é processualmente construída no nível micro: a partir do espaço cotidiano: trabalho, família produção e sociabilidade; no nível meso: desde o espaço da ação coletiva: movimentos, cooperativas, associação, redes e ações de grupos e no nível macro: com o espaço da ação política societária, das lutas gerais contra fragmentação, pelas novas gerações, pelo outro e pelo planeta. (SOBREIRO FILHO, COSTA, SILVA, 2020, p. 193).

Um processo permeado por desafios, via de regra recorrentes e provenientes da ausência de políticas públicas, ações e incentivos voltados a assentamentos e a agricultura camponesa no sentido do apoio técnico, do acesso a crédito, a saúde, educação, saneamento básico, água, vulnerabilidades sociais de diversas naturezas, e o pacote de violências e opressões estruturais que assolam o campo brasileiro.

Violências que reiteradamente prejudicam, interrompem e tiram vidas, a exemplo de seu Mamede, tragicamente assassinado nas dependências do LAPO em 23 de dezembro de 2012, com dois tiros. Crime enquadrado pela polícia civil da 9ª seccional de Mosqueiro como latrocínio, ou seja, assalto seguido de morte.

Ou mesmo a violência de gênero sofrida por dona Teófila, que especialmente após o assassinato de seu companheiro, teve que lidar com o assédio de venda da terra e repetidos julgamentos sobre sua capacidade em manter o LAPO produtivo pelo fato de ser mulher.

Neste ponto, concordamos com Sobreiro Filho, Costa, Silva (2020) ao considerarem que:

A existência do LAPO, sendo mantido por uma mulher, descortina um combate permanente contra o machismo no campo, pois apesar das propostas dos movimentos, a emancipação e a superação do patriarcado é um processo lento e que depende da colaboração coletiva para se efetivar. (SOBREIRO FILHO, COSTA, SILVA, 2020, p. 189-190).

Seguimos corroborando com estes autores pois, a partir do referido enfrentamento por meio do debate da reforma agrária, da produção agroecológica e do combate a tal estrutura capitalista patriarcal, tornou-se evidente a constituição de um território que passou a constituir relações e valores outros, incluindo aí a tecitura de uma rede de amparo, estudos, formação e solidariedade entre mulheres camponesas.

Estes desafios, contradições e opressões que afetam o desempenho da produção de alimentos, de valores e da vida ao passo que motivam resistência, demonstram na prática o retrato de um país que se alimenta de um campesinato subjugado e por tantas vezes insurgente, mas que segue optando pelo investimento na controversa produção agroindustrial em detrimento do lucro acima de tudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A histórica experiência constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de atuação e expressão nacional, que há décadas tem lançado bases para a construção de um projeto popular para o campo brasileiro através da reforma agrária, recentemente incorporado pela agroecologia, permite perceber a existência de um longo caminho transicional que envolve um conjunto de elementos de natureza técnica, política, natural, econômica e social, entre outros desafios e possibilidades. Onde os sujeitos tornam-se protagonistas de processos produtivos ao envolverem e cultivarem conhecimentos, valores e relações em um outro modelo de agricultura.

A abordagem que buscamos realizar nos revela por meio da realidade de um movimento de natureza socioterritorial, cuja noção de território passa pelo plano da vida, de relações sociais não hegemônicas, de formas alternativas de uso, existência e de relações com a natureza, nesse caso o MST, através do LAPO e sua experiência agroecológica em um espaço Amazônico, que fora historicamente conformado por contradições e contestações, cujo as intencionalidades e motivações via de regra estiveram associadas a elites locais e sobretudo extra locais, que levaram homens e mulheres a consequente organização política e resistência.

Que apesar dos grandes desafios relativos à ausência de políticas públicas, incentivos e demais iniciativas de incorporação do ideal agroecológico enquanto bandeira de luta e projeto societário em permanente construção.

Exemplos práticos como o que buscamos tratar, podem traduzir-se em verdadeiros instrumentos de transformação social, de leitura e contestação da realidade e das estruturas burguesas que ditam os rumos do país, ao passo que associam compromisso com o respeito mútuo entre os diversos sujeitos, e entre sujeitos e o meio natural, contra formas de opressão, predação da natureza, preconceitos e exploração, em favor do trabalho coletivo e solidário, em defesa da vida e de direitos fundamentais a esta, ainda que pesem iniciativas em favor de tal modo insustentável de produzir vida e alimentos, bem como o próprio consenso do Estado brasileiro pelo mesmo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CASTRO, E. Tradição e Modernidade: A propósito de formas de trabalho na Amazônia. Papers do NAEA No 097. Belém, Julho de 1998. ISSN 15169111.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

COSTA, D. V; BRINGEL, F. O. A luta pela terra e as políticas públicas territoriais no espaço agrário amazônico: uma reflexão a partir do assentamento Mártires de Abril em Belém. Revista del CESLA. International Latin American Studies Review, (25), 2020: 123-149.

DA SILVA, S. A; BALESTRIN, N. L; BRANDENBURG, A. A Agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Revista GeoPantanal, UFMS/AGB, Corumbá/MS, N. 24, p. 85-98, jan./jun. 2018.

FRADE, F; SAUER, S. O MST e a Experiência de Agroecologia em assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Revista Latinoamericana de Estudios Rurales - ReLaER II (3), 2017. ISSN 2525-1635.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 8, n. 6 p. 14. 2005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, C, W, P. Amazônia, Amazonas. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. Viver no Limite. Bertrand Brasil; 1º edição, 2014.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

PADINHA, M. R. Grandes Objetos na Amazônia: Das velhas lógicas hegemônicas às centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente/SP. 2017.

PEDON, N. R. Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. Editora Unesp. São Paulo. 2013.

SANTOS, R. E. Movimentos Sociais e Geografia. Sobre A(s) Espacialidade(s) Da Ação Social. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência. 2014.

TRINDADE JR., S. C. Pensando a Concepção de Amazônia. In. SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. Org. Panorama da Geografia Brasileira 1. São Paulo: Annablume, 2006.

SOBREIRO FILHO, J; COSTA, B. G; SILVA, A. A. A Agroecologia e os Territórios do Movimento: da transição e solidariedade agroecológica à emancipação feminina na Amazônia paraense. Revista: Mundo e desenvolvimento; UNESP; vol.1, n.4, 2020 (p.168-199). SSN 2596-108X.